



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira - Presidente do TJAM, pelos 130 anos de existência desse Tribunal de Justiça, completados no dia 04 de julho de 2021.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) completou, em 4 de julho, domingo, 130 anos de existência.

Essa longa e exitosa história começou no final do século XIX, com a instalação do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, criado pela primeira Constituição republicana, outorgada pelo Decreto nº 86 de 13 de março de 1891, época do governo estadual de Eduardo Ribeiro.

Presidida atualmente pelo desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, eleito para o biênio 2020-2022, a instituição maior do Poder Judiciário no Estado exerce a nobre missão de realizar Justiça com acessibilidade e de forma igualitária à sociedade. E é reconhecida pela sociedade amazonense e brasileira pela atuação imparcial e célere de cada um dos que a representam.



A jurisdição do TJAM compreende a comarca de Manaus e mais 60 comarcas do interior do Estado. Conta com mais de 1.870 servidores, entre efetivos e comissionados, e 680 estagiários. Dos 163 magistrados, 19 são Desembargadores, 87 juízes da capital, 41 juízes de primeira entrância e 16 juízes substitutos.

A todos esses notáveis profissionais que contribuem para a história do TJAM, na pessoa do seu presidente Domingos Chalub, dirigimos as nossas homenagens e votos para que continuem a manter essa importante instituição alinhada às demandas mais prementes da população e preparada para as transformações da sociedade.

Destaco, aqui, as recentes premiações concedidas ao tribunal por justamente estar atento a essas mudanças. No fim de junho, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu ele a primeira colocação, entre os tribunais estaduais, pelo melhor Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) relativo ao ano de 2020.

O Balanço Socioambiental do Poder Judiciário avalia as despesas dos tribunais e conselhos com itens como limpeza; água e esgoto; energia elétrica; manutenção de veículos; impressões (de documentos); telefonia; compras de papel, de água envasada e de copos descartáveis, entre outros.

Em fevereiro deste ano, o TJAM recebeu do CNJ o XI Prêmio Conciliar é Legal, na categoria “Tribunal”, eixo “Boas Práticas”, pelo projeto “Famílias, Justiça e Cidadania plena no interior do Amazonas”. Foi a primeira vez em que a instituição ganhou essa disputada premiação.

Sala das Sessões, 7 de julho de 2021.

Senador Eduardo Braga
(MDB - AM)